COESA S.A.

CNPJ nº 42.169.838/0001-53

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis, relativas aos exercícios encerrados em 31/12/2021 e 31/12/2020.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais - Período de 01 de junho a 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	–	–	20.213	–
Contas a receber	5	–	–	83.087	–
Estoques	6	–	–	17.154	–
Adiantamento a terceiros		793	–	11.671	–
Despesas antecipadas		–	–	3.471	–
Impostos a recuperar	8	–	–	11.646	–
Outros ativos		–	–	55.542	–
Total do ativo circulante		793	–	202.784	–
Ativo não circulante					
Contas a receber	5	–	–	43.077	–
Partes relacionadas	7.1	1.386	–	1	–
Impostos a recuperar	8	–	–	20	–
Depósitos judiciais e outros		–	–	41.849	–
Despesas antecipadas		–	–	806	–
Títulos a receber	16	–	–	1.148.161	–
Outros ativos		–	–	2.276	–
Investimentos	9	–	–	2.531	–
Imobilizado	10	–	–	46.940	–
Intangível		–	–	1.264	–
Total do ativo não circulante		1.386	–	1.286.925	–
Total do ativo		2.179	–	1.489.709	–

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	12	298	–	875.752	–
Empréstimos e financiamentos	11	–	–	87.446	–
Salários, provisões e contribuições sociais		1.074	–	82.091	–
Tributos e contribuições a recolher		433	–	604.116	–
Imposto de renda e contribuição social a pagar		–	–	215.937	–
Adiantamentos de terceiros	13	–	–	179.518	–
Receita diferida	14	–	–	267	–
Parcelamento de tributos federais		–	–	22.978	–
Conta corrente de consórcios		–	–	132.679	–
Retenções contratuais		–	–	26.279	–
Acordo global órgãos públicos		–	–	14.393	–
Outros passivos		–	–	129.140	–
Total do passivo circulante		1.805	–	2.370.596	–
Passivo não circulante					
Fornecedores	12	–	–	142.796	–
Empréstimos e financiamentos	11	–	–	39.200	–
Tributos e contribuições a recolher		–	–	21.490	–
Impostos de renda e contribuição social diferidos	15	–	–	292.465	–
Parcelamento de tributos federais		–	–	46.894	–
Partes relacionadas	7.1	4.193	–	18.794	–
Adiantamentos de terceiros	13	–	–	14.836	–
Provisões para contingências	18	–	–	480.652	–
Provisão para perdas em investimentos	9	3.317.194	–	52	–
Receita diferida	14	–	–	338.827	–
Acordo global órgãos públicos		–	–	69.627	–
Títulos a pagar	16	–	–	1.061.838	–
Outros passivos		–	–	34.737	–
Total do passivo não circulante		3.321.387	–	2.562.208	–
Patrimônio líquido	17				
Capital social		–	–	–	–
Outros resultados abrangentes		134.081	–	134.081	–
Prejuízos acumulados		(3.455.094)	–	(3.455.094)	–
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto) dos controladores		(3.321.013)	–	(3.321.013)	–
Participação dos não controladores		–	–	(122.082)	–
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(3.321.013)	–	(3.443.095)	–
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		2.179	–	1.489.709	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Período de 01 de junho a 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Receita líquida	19	–	–	130.712	–
Custos dos serviços prestados	20	–	–	(184.184)	–
Lucro (prejuízo) bruto		–	–	(53.472)	–
Despesas gerais e administrativas	20	(3.791)	–	(220.738)	–
Outras receitas (despesas), líquidas	20 - 21	(3.827.287)	–	(3.751.318)	–
Receitas (despesas) operacionais		(3.831.078)	–	(3.972.056)	–
Prejuízo antes da equivalência, receitas (despesas) financeiras e impostos		(3.831.078)	–	(4.025.528)	–
Resultado de equivalência patrimonial	9	–	–	(58)	–
Provisão para perda de investimentos	9 - 20	376.012	–	–	–
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(3.455.066)	–	(4.025.586)	–
Receitas financeiras		–	–	1.180.694	–
Despesas financeiras		(28)	–	(309.379)	–
Resultado financeiro	22	(28)	–	871.315	–
Prejuízo antes dos impostos		(3.455.094)	–	(3.154.271)	–
Imposto de renda e contribuição social	15				
Correntes		–	–	–	–
Diferidos		–	–	(300.859)	–
Prejuízo do exercício		(3.455.094)	–	(3.455.130)	–
Prejuízo do exercício atribuível aos:					
Controladores				(3.455.094)	–
Não controladores				(36)	–
Total				(3.455.130)	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangentes período de 01 de junho a 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Prejuízo do exercício	(3.455.094)	–	(3.455.130)	–
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ajustes de avaliação patrimonial nas investidas	134.081	–	134.081	–
Total do resultado abrangente do exercício	(3.321.013)	–	(3.321.049)	–
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos:				
Controladores			(3.321.013)	–
Não controladores			(36)	–
			(3.321.049)	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Controladora e Consolidado)

Período de 01 de junho a 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total controladora	Participação de não controladores	Total consolidado
Integralização de capital em 01 de junho de 2021	–	–	–	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	(3.455.094)	(3.455.094)	(36)	(3.455.130)
Outros resultados abrangentes	–	–	134.081	–	134.081	–	134.081
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	134.081	(3.455.094)	(3.321.013)	(36)	(3.321.049)
Transações com controladas	–	–	–	–	–	(122.046)	(122.046)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	–	–	134.081	(3.455.094)	(3.321.013)	(122.082)	(3.443.095)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(3.455.094)	–	(3.154.271)	–
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício antes dos impostos:					
Resultado de equivalência patrimonial	9	–	–	58	–
Depreciações e amortizações	20	–	–	2.126	–
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas		–	–	775.103	–
Ajuste a valor justo	22	–	–	(944.123)	–
Ganho (Perda) na venda de imobilizado e residual baixado	21	–	–	5.457	–
Provisão (reversão) para perda de investimento	9 - 21	(376.012)	–	–	–
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	21	–	–	(140.066)	–
Provisão para participação nos resultados		–	–	200	–
Provisão para contingências	18	–	–	(226.673)	–
Perda para redução ao valor recuperável "impairment"	21	3.827.287	–	3.787.016	–
Outros		–	–	6.097	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		–	–	22.016	–
Estoques		–	–	(6.779)	–
Impostos a recuperar		–	–	1.523	–
Despesas antecipadas		–	–	3.579	–
Adiantamentos a terceiros		(793)	–	(7.589)	–
Outros ativos		–	–	(5.858)	–
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		298	–	(224.832)	–
Salários, provisões e contribuições sociais		1.074	–	(20.506)	–
Tributos e contribuições a recolher		432	–	(2.063)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	200	–
Adiantamentos de terceiros		–	–	(76.874)	–
Parcelamento de tributos federais		–	–	468	–
Receita diferida		–	–	18.760	–
Outros passivos		–	–	107.616	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(2.808)	–	(79.415)	–
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Aquisição de imobilizado	10	–	–	(199)	–
Aquisição de intangível		–	–	(3)	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		–	–	(202)	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos tomados de terceiros		–	–	–	–
Empréstimos tomados de partes relacionadas		2.808	–	65.313	–
Empréstimos pagos a terceiros - principal		–	–	(1.468)	–
Empréstimos pagos a partes relacionadas		–	–	4.254	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		2.808	–	68.099	–
Redução no caixa e equivalentes de caixa antes do efeito da variação cambial		–	–	(11.518)	–
Efeito de variação cambial no caixa		–	–	(4.908)	–
Redução no caixa e equivalentes de caixa		–	–	20.213	–
Caixa e equivalentes de caixa:					
No início do exercício		–	–	–	–
No final do exercício		–	–	20.213	–
Redução no caixa e equivalentes de caixa		–	–	20.213	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre o Grupo COESA: A COESA S.A. ("COESA" ou "Companhia") foi constituída em 01 de junho de 2021 e é uma Companhia domiciliada no Brasil, com sede localizada na Rua Joaquim Floriano, 466, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo - SP. A Companhia e suas controladas têm por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, inclusive o gerenciamento e execução de projetos e obras, e a participação em Companhias de qualquer ramo empresarial. A Companhia tem como único acionista, o ZEGAMA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Controladora" ou "FIP ZEGAMA") com participação de 100,00% do seu capital social. Em 02 de julho de 2021, o FIP ZEGAMA alienou suas ações da COESA P&E para a Companhia. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo COESA" e individualmente como "entidades do Grupo ou controladas"), conforme descritas na nota 1.3. **1.1. Reestruturação societária do Grupo Metha ("M&A"):** Em 31 de março de 2021, a Metha S.A. (atual denominação da OAS S.A.) ("Metha") com o objetivo de readequar sua estrutura societária e organizacional e implementar uma reorganização societária em seu grupo empresarial, alienou as ações da Construtora COESA S.A. (atual denominação da Construtora OAS S.A.) para a sua então subsidiária integral COESA Participações e Engenharia S.A. (atual denominação da OAS Engenharia S.A.) ("COESA P&E"). Em 20 de abril de 2021, a Metha realizou aumento de capital na sua então controlada direta COESA P&E, apurado com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada, composto pelos seguintes bens e diretos: i) Investimento nas controladas COESA Construção e Montagens S.A. (atual denominação da OAS Engenharia e Construção S.A.), EPP Energia Elétrica, Promoção e Participações Ltda., COESA Internacional S.A. (atual denominação da OAS Internacional S.A.), Solace Empreendimentos Imobiliários S.A., Empresa Peruana de Águas S.A., Construtora OAS Angola Ltda., OAS Investments Limited (BVI) e OAS Restructuring Limited (Cayman). ii) Créditos e débitos de conta corrente *intercompany*. Em 14 de maio de 2021, a Metha alienou sua participação na COESA P&E ao FIP ZEGAMA. **1.2. Recuperação judicial de determinadas controladas do Grupo COESA:** Em 15 de outubro de 2021, a controlada COESA P&E e as controladas indiretas, COESA C&M, Construtora COESA, COESA Engenharia, COESA Logística, OAS Investments BVI e OAS Finance , em vista da situação financeira desfavorável que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) a forte retração do setor de construção civil e da economia, (ii) restrição a linhas de crédito; ajuizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob n° 1111746-12.2021.8.26.0100, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei n° 11.101/05 ("Lei de Recuperação Judicial"). A COESA P&E e suas controladas em recuperação judicial, avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 22 de outubro de 2021, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo ("1ª Vara de Recuperação") deferiu o processamento da recuperação judicial da Controladora, tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial) Laspro Consultores Ltda. **1.3. Situação financeira atual:** Capital circulante negativo e passivo a descoberto: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui capital circulante negativo na Controladora e no Consolidado de R$ 1.012 e R$ 2.167.812, respectivamente e passivo a descoberto de R$ 3.321.013 e R$ 3.443.095, respectivamente. A Administração avalia que a sua atual condição financeira desfavorável tem caráter provisório e deve-se, principalmente: à forte retração do setor e da economia em geral; ao ambiente negocial restritivo que fez a companhia revisar para baixo suas expectativas de recebimento de créditos; e sobretudo, à retração do crédito, em função das notícias relacionadas às investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal. **1.4. Entidades do grupo:** a) Empresas controladas: A lista a seguir apresenta as participações nas empresas controladas consideradas nas informações consolidadas:

	Participação no Capital Social			
	2021		2020	
Empresas	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
Construção:				
Construtora COESA S.A.	–	100,00%	–	–
COESA Participações e Engenharia S.A.	–	100,00%	–	–
Coesa Engenharia Ltda. ("Coesa")	–	99,99%	–	–
Coesa Construção e Montagens ("COESA C&M)	–	100,00%	–	–
Concessionária Vial Vale Central	–	100,00%	–	–
Constructora COESA GE S.A. ("Construtora COESA - GE")	–	60,00%	–	–
Construtora COESA Ghana Ltd ("Construtora COESA - Ghana")	–	70,00%	–	–
Construtora COESA Guinee S.A. ("Construtora COESA - Guiné")	–	100,00%	–	–
Construtora COESA LLC - Qatar ("Construtora COESA LLC")	–	49,00%	–	–
Construtora COESA Moçambique Ltda. ("Construtora COESA - Moçambique")	–	99,00%	–	–
Construtora COESA S.A. - Sucursal Angola ("Construtora COESA - Angola")	–	100,00%	–	–
Construtora COESA S.A. - Sucursal Argentina ("Construtora COESA - Argentina")	–	100,00%	–	–
Construtora COESA S.A. - Sucursal Bolívia ("Construtora COESA - Bolívia")	–	100,00%	–	–
Construtora COESA S.A. - Sucursal Chile ("Construtora COESA - Chile")	–	100,00%	–	–
Construtora COESA S.A. - Sucursal Colômbia ("Construtora COESA - Colômbia")	–	100,00%	–	–
Construtora COESA S.A. - Sucursal Costa Rica ("Construtora COESA - Costa Rica")	–	100,00%	–	–
Construtora COESA S.A. - Sucursal Equador ("Construtora COESA - Equador")	–	100,00%	–	–
Construtora COESA S.A. - Sucursal Guatemala ("Construtora COESA - Guatemala")	–	100,00%	–	–
Construtora COESA S.A. - Sucursal Haiti ("Construtora COESA - Haiti")	–	100,00%	–	–
Construtora COESA S.A. - Sucursal Honduras ("Construtora COESA - Honduras")	–	100,00%	–	–
Construtora COESA S.A. - Sucursal Panamá ("Construtora COESA - Panamá")	–	100,00%	–	–
Construtora COESA S.A. - Sucursal Peru ("Construtora COESA - Peru")	–	100,00%	–	–
Construtora COESA S.A. - Sucursal República Dominicana ("Construtora COESA - RD")	–	100,00%	–	–
Construtora COESA S.A. - Sucursal Trinidad & Tobago ("Construtora COESA - T & T")	–	100,00%	–	–
Construtora COESA S.A. - Sucursal Uruguai ("Construtora COESA - Uruguai")	–	100,00%	–	–
Construtora COESA S.A. - Sucursal Venezuela ("Construtora COESA - Venezuela")	–	100,00%	–	–
Construtora COESA South Africa Ltd. ("South Africa")	–	100,00%	–	–
Edificações Itaigara S.A. ("Edificações Itaigara")	–	50,10%	–	–
Gandines S.A. ("Gandines")	–	100,00%	–	–
OAS African Investments Limited ("OAS African")	–	100,00%	–	–
OAS Central American Investing ("OAS Central American")	–	100,00%	–	–
OAS Energy GmbH ("OAS Energy")	–	100,00%	–	–
OAS International Engineering GMBH	–	100,00%	–	–
OAS Nacala Ltda. ("OAS Nacala")	–	99,00%	–	–
OGI Assets Ltd. ("OGI Assets")	–	100,00%	–	–
Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda. ("Rodoanel")	–	42,86%	–	–
Logística:				
COESA Logística e Comércio Exterior S.A. ("COESA Logística")	–	100,00%	–	–

b) Empresas controladas em conjunto e coligadas: As participações nas investidas listadas abaixo foram contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

	Participação no Capital Social			
	2021		2020	
Empresas	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
Construção:				
Consórcio Hospital de Rancagua S/A ("Rancágua")	–	33,33%	–	–
Empresa Peruana de Águas - EPASA ("EPASA")	25,00%	75,00%	–	–
Construtora OAS Angola Ltd.				
Hidroelectrica Chihuidos	–	1,00%	–	–
Inambari Geração de Energia S.A.	–	51,00%	–	–
SPE Ponte Estaiada OAS Marquise Ltda. ("Ponte Estaiada")	–	50,00%	–	–
Infraestrutura:				
Ecovap - Engenharia e Construções Vale do Paraíba Ltda. ("Ecovap")	–	22,00%	–	–
Egasur SAC	–	51,00%	–	–
EPP - Energia Elétrica, Promoções e Participações Ltda. ("EPP Energia")	0,01%	0,99%	–	–
Outras				
OAS Investments Ltd. (BVI)	–	100,00%	–	–
OAS Finance Ltd. (BVI)	–	100,00%	–	–
COAS Internacional S.A.	–	100,00%	–	–

As demonstrações contábeis consolidadas que compreendem a Companhia e suas controladas, foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (i) eliminação dos saldos entre as sociedades objeto da consolidação; (ii) eliminação dos investimentos entre as sociedades consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (iii) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas; e (iv) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as sociedades consolidadas. **2. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pelos administradores em 28 de abril de 2022. As demonstrações contábeis da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e compreendem: • As demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). • As demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC, e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS). • As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo. a) Moeda funcional e moeda de apresentação: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (R$ - reais) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas referentes às controladas diretas e indiretas localizadas no exterior são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). A conversão dessas controladas é efetuada conforme o CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média mensal. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes. Na eventual venda de uma controlada no exterior o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido dessa controlada é reconhecido na demonstração do resultado. Os ativos e passivos monetários das companhias situadas no Brasil, denominados em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado do exercício nas rubricas de "receitas financeiras" e "despesas financeiras" e seus itens não monetários, mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira, são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações. **2.3. Políticas contábeis:** a) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são

continua→☆

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 12/05/2022 | 22:38:48 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

continuação **Notas explicativas às demonstrações contábeis - Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da COESA S.A.** (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. b) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados conforme abaixo: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim do recebimento dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contenham pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar individualmente cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da Administração. *Desreconhecimento (baixa):* Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: • A instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele. • A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. a.1) Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda") e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros: Um passivo financeiro é reconhecido quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo. Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Valor justo dos instrumentos financeiros: O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo dos instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa nº 11.3. c) Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. d) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. e) Investimentos e base de consolidação: e.1) Investimentos em empresas controladas: As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • tem poder sobre a investida; • está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • a dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto; • direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes; • direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. e.2) Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes: Nas demonstrações contábeis, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. Quando o Grupo perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). e.3) Investimentos em coligadas e *joint ventures:* Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas contábeis e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou *joint ventures* são incorporados nestas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao CPC 31). De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou *joint venture*. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* ultrapassa a participação do Grupo nessa coligada ou *joint venture* (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na coligada ou *joint venture*), o Grupo deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da coligada ou *joint venture*; e 4) *Consórcios:* A Controladora e suas controladas participam de consórcios em diversos empreendimentos, e os consolidam na proporção dos respectivos percentuais de participação. f) Tributação: f.1) Impostos de renda correntes: A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. f.2) Impostos de renda diferidos: O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. g) Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. h) Provisões: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. i) Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes: A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional. j) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. l) Reconhecimento da receita: l.1) Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção: A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. m) Participação nos resultados: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa referentes à provisão de participação nos resultados do exercício. A administração utiliza como base de cálculo dessa provisão o resultado associado a uma métrica de atingimento de metas e objetivos específicos, os quais são estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. n) Ganhos e perdas atuariais do plano de assistência médica e outros custos de planos de benefícios a colaboradores: A Companhia concede também determinados benefícios de extensão de assistência médica a colaboradores aposentados que tenham o direito ao benefício. Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e por suas controladas aos planos são reconhecidos, pelo regime de competência, como outros resultados abrangentes. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente. o) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). **2.4. Novas normas, interpretações e alterações já adotadas no período corrente:** Definição de um negócio (alteração a IFRS 3): As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Empresa deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão. A aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16): A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia da COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições: √ a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração; √ qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendessem após 30 de junho de 2021); √ não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. A aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **2.5. Novas normas que ainda não estão em vigor:** Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37): Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. Outras normas: Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: √ Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; √ Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; √ Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; √ Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; √ Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; √ Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e √ Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2") - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas. A aplicação desta interpretação não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas. **3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas: 3.1. Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as normas IFRSs e os CPCs, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, provisões, custo orçado dos empreendimentos e contratos de construção, garantias e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** a) Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. b) Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: b.1) Reconhecimento de receita e margem dos contratos de construção e provisões para contratos: O resultado estimado dos contratos é revisado mensalmente durante a execução dos contratos e representa a melhor estimativa dos benefícios econômicos futuros do contrato, bem como os riscos e obrigações a ele associados. Quando a revisão do resultado estimado dos contratos indica que os custos totais do contrato excedam à receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como uma despesa no resultado do exercício. b.2) Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. b.3) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	–	–	5.397	–
Certificados de depósito bancário - CDB	–	–	14.535	–
Aplicações financeiras	–	–	270	–
Demais aplicações financeiras	–	–	11	–
Total	–	–	20.213	–

Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

5. Contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
Prestação de serviços de construção	2021	2020	2021	2020
Governos (a)	–	–	668.042	–
Privados	–	–	232.013	–
Partes relacionadas (Nota 7.2)	–	–	69.297	–
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (b)	–	–	(843.188)	–
Total	–	–	126.164	–
Circulante	–	–	83.087	–
Não circulante	–	–	43.077	–
Total	–	–	126.164	–

(a) Em 31 de dezembro de 2021, tem-se um saldo consolidado de contas a receber de clientes no ativo não circulante, provenientes de direitos a receber no Brasil e Exterior, dos governos Federal, Estadual e Municipal. Tais créditos se referem, substancialmente, a serviços prestados, medidos, aprovados e também cujas faturas emitidas estão em aberto, para as quais estão sendo tomadas medidas administrativas e judiciais de cobrança. Considerando as características e natureza destes créditos, a Administração da Companhia não espera incorrer em perdas adicionais. (b) A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em caso de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica e é considerada suficiente pela administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito.

	Controladora		Consolidado	
Aging list do contas a receber	2021	2020	2021	2020
A vencer	–	–	30.872	–
Títulos vencidos até 30 dias	–	–	1.022	–
Títulos vencidos de 31 a 60 dias	–	–	231	–
Títulos vencidos de 61 a 90 dias	–	–	960	–
Títulos vencidos de 91 a 180 dias	–	–	510	–
Títulos vencidos de 181 a 360 dias	–	–	6.245	–
Títulos vencidos há mais de 360 dias	–	–	929.512	–
Subtotal	–	–	969.352	–
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	–	–	(843.188)	–
Total	–	–	126.164	–

Movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	–	–	–	–
Reversão de provisão para perda	–	–	140.066	–
Variação cambial	–	–	(16.159)	–
Variação de nova participação	–	–	(967.095)	–
Saldo final	–	–	(843.188)	–

5.1. Contratos de construção:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos incorridos e lucros reconhecidos (líquido dos valores faturados)	–	–	65.785	–
Quantia bruta devida pelo contratante	–	–	65.785	–
(–) receita diferida	–	–	(339.094)	–
(–) retenções contratuais	–	–	(26.279)	–
(–) adiantamentos recebidos	–	–	(194.354)	–
Quantia bruta devida ao contratante	–	–	(559.727)	–
Saldo líquido contratos de construção em curso	–	–	(493.942)	–

As receitas brutas auferidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, decorrente dos contratos de construção totalizaram R$138.348. Os adiantamentos recebidos de clientes relacionados aos contratos de construção em andamento referem-se a valores recebidos em proporção maior aos serviços já executados.

6. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Materiais para aplicação	–	–	38.085	–
Importações em trânsito	–	–	4.727	–
Materiais para revenda	–	–	33.983	–
Outros	–	–	7.587	–
Subtotal	–	–	84.382	–
Impairment	–	–	(67.228)	–
Total	–	–	17.154	–

7. Partes relacionadas: A Companhia e suas controladas mantêm transações comerciais com companhias do grupo. As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, sejam administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas sob condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Em 2021, determinadas controladas da Companhia reorganizaram os saldos de conta corrente *intercompany*, através de instrumentos de cessão de crédito e de assunção de dívidas, visando a adequação de sua estrutura societária e de capital, de maneira a refletir, do ponto de vista jurídico, as eliminações contábeis dos saldos de conta corrente intercompany. **7.1. Créditos *intercompany* ativos e passivos:** A seguir, estão demonstradas, pelo saldo líquido, as operações de mútuo e compra e venda de ativos entre as entidades do grupo:

	Controladora		Consolidado	
Ativo	2021	2020	2021	2020
COESA C&M	219	–	–	–
COESA Engenharia	254	–	–	–
Construtora COESA	913	–	–	–
Global Green Built Energy Holdings Lt.	–	–	34.387	–
Ceiba Holding	–	–	2.435	–
Outros	–	–	4.868	–
Subtotal	1.386	–	41.690	–
Provisão para perda de ativos	–	–	(41.689)	–
Total	1.386	–	1	–
Ativo circulante	–	–	–	–
Ativo não circulante	1.386	–	1	–
Total	1.386	–	1	–

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 12/05/2022 | 22:38:56 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

—☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da COESA S.A. (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Refere-se a saldo de conta corrente entre as partes, sem a incidência de encargos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
Passivo	2021	2020	2021	2020
COESA Internacional S.A.	4.193	–	–	–
ECOVAP	–	–	560	–
Rodoanel Sul 5	–	–	13.536	–
SPE Ponte Estaiada	–	–	1.042	–
Outros	–	–	3.656	–
Total	4.193	–	18.794	–
Passivo circulante	–	–	–	–
Passivo não circulante	4.193	–	18.794	–
Total	4.193	–	18.794	–

7.2. Transações comerciais:

	Controladora		Consolidado	
Ativo	2021	2020	2021	2020
Contas a receber - Clientes				
Concessionária Rota Atlântico S.A.	–	–	10.188	–
Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	–	–	21.331	–
Linea Amarilla SAC	–	–	870	–
Porto Novo	–	–	36.908	–
Subtotal	–	–	69.297	–
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	–	–	(31.519)	–
Total	–	–	37.778	–

	Controladora		Consolidado	
Ativo	2021	2020	2021	2020
Ativo circulante	–	–	–	–
Ativo não circulante	–	–	37.778	–
Total	–	–	37.778	–

7.3. Remuneração da administração (Nota 20): A remuneração da administração, que contempla a Diretoria da Companhia e de suas controladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Remuneração do pessoal-chave da administração	(350)	–	(350)	–

8. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IR e CSLL retidos na fonte (a)	–	–	3.634	–
IVA (b)	–	–	6.034	–
INSS a recuperar	–	–	409	–
Outros	–	–	1.589	–
Total	–	–	11.666	–
Circulante	–	–	11.646	–
Não circulante	–	–	20	–
Total	–	–	11.666	–

a) Refere-se a saldos de IR e CSLL oriundos de impostos retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras e sobre os recebimentos de faturas. b) Refere-se a saldo de Imposto sobre valor agregado oriundo de operações de controladas no exterior, principalmente sobre a controlada Sucursal Peru e OAS Energy GmbH. **9. Investimentos:** Informações sobre empresas investidas:

	Ativo total		Passivo total		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Resultado do exercício	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controladas								
Coesa	184.134	136.786	171.216	130.630	12.918	6.156	3.092	(5.055)
Construtora OAS - Angola	354	256	391	282	(37)	(26)	–	–
Construtora OAS - Argentina	2.265	2.801	7.708	9.534	(5.443)	(6.733)	–	(1.871)
Construtora OAS - Bolívia	1.302.555	1.161.732	3.092.959	2.219.386	(1.790.404)	(1.057.654)	–	(111.461)
Construtora OAS - Chile	620	502	247.697	184.990	(247.077)	(184.488)	(28.438)	(12.183)
Construtora OAS - Colômbia	1.684	1.425	2.488	2.184	(804)	(759)	–	43
Construtora OAS - Costa Rica	162.342	123.896	314.702	234.630	(152.360)	(110.734)	–	–
Construtora OAS - Equador	15.962	11.531	107.864	77.917	(91.902)	(66.386)	–	(5.666)
Construtora OAS - Guatemala	658	514	7.491	5.410	(6.833)	(4.896)	–	–
Construtora OAS - Haiti	104.002	75.127	245.140	176.870	(141.138)	(101.743)	(140)	(102)
Construtora OAS - Honduras	3.278	2.335	17.586	12.526	(14.308)	(10.191)	–	647
Construtora OAS - Panamá	331	239	12.509	9.036	(12.178)	(8.797)	–	–
Construtora OAS - Peru	673.760	527.224	958.958	602.327	(285.198)	(75.103)	(173.183)	(2.595)
Construtora OAS - RD	–	–	2.999	2.310	(2.999)	(2.310)	7	(14)
Construtora OAS - T&T	4.013.055	2.934.214	5.099.075	3.706.717	(1.086.020)	(772.503)	(8.888)	(22.497)
Construtora OAS - Uruguai	231.699	174.107	641.799	685.410	(410.100)	(511.303)	139.339	(108.026)
Construtora OAS - Venezuela	–	–	2.375	6.692	(2.375)	(6.692)	–	(62.537)
Construtora OAS LLC	12.911	9.346	18.498	13.390	(5.587)	(4.044)	–	–
Edificações Itaigara	929	2.365	17.756	18.152	(16.827)	(15.787)	(142)	21
Gandines	386.551	335.937	107.436	132.559	279.115	203.378	–	11.413
OAS African	369.471	273.607	779.008	565.108	(409.537)	(291.501)	–	48
OAS Energy	140.882	101.563	18.612	13.435	122.270	88.128	–	(6.407)
OAS International Engineering GMBH	2.283	1.649	4.147	2.996	(1.864)	(1.347)	–	(360)
OAS Logística	29.348	28.890	28.092	24.864	1.256	4.026	(615)	(1.158)
Rodoanel	1.645	1.491	147.797	147.059	(146.152)	(145.568)	–	(1.263)
South Africa	102	84	1.997	1.642	(1.895)	(1.558)	–	–
Controladas em conjunto								
Ecovap	11.077	11.077	4.665	4.034	6.412	7.043	(277)	(356)
EPASA	29.116	29.116	(245.457)	18.855	274.573	10.261	6.739	(2.096)
EPP Energia	5.693	5.693	2.758	2.723	2.935	2.970	(6)	(4)
OAS Defesa	11.381	11.381	3.275	3.275	8.106	8.106	–	6
Porto Novo	1.025.613	1.025.613	1.176.143	1.129.729	(150.530)	(104.116)	–	(30.709)

Informações sobre empresas investidas - movimentações ocorridas (controladora)

	Saldos em 31/12/20		Movimentação do exercício							Saldos em 31/12/21	
	Investimentos	Provisão para perda	Integralização	Impairment	Equivalência patrimonial	Dividendos e JCP	Provisão/ reversão para perda	Ajuste avaliação patrimonial	Transferência para venda	Investimentos	Provisão para perda
Participações no Brasil											
Coesa P&E	–	–	–	(3.827.287)	–	–	376.012	134.081	–	–	(3.317.194)
Subtotal	–	–	–	(3.827.287)	–	–	376.012	134.081	–	–	(3.317.194)
.											
Participações no Exterior											
Subtotal	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	–	–	–	(3.827.287)	–	–	376.012	134.081	–	–	(3.317.194)

Informações sobre empresas investidas - movimentações ocorridas (consolidado):

	Saldos em 31/12/20		Movimentação do exercício						Saldos em 31/12/21	
	Investimentos	Provisão para perda	Equivalência patrimonial	Dividendos e JCP	Ganho de participação	Provisão/ reversão para perda	Ajuste avaliação patrimonial	Variação de participação	Investimentos	Provisão para perda
Participações no Brasil										
Ecovap	–	–	(58)	–	–	–	–	1.472	1.414	–
Inambari	–	–	–	–	–	–	–	(52)	–	(52)
Ponte Estaiada	–	–	–	–	–	–	–	1.117	1.117	–
Subtotal	–	–	(58)	–	–	–	–	2.537	2.531	(52)
Total	–	–	(58)	–	–	–	–	2.537	2.531	(52)

10. Imobilizado:

			2021	2020	
Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	Taxas médias de depreciação (%a.a.)
Terrenos	10.689	–	10.689	–	–
Máquinas e equipamentos	291.202	(249.622)	41.580	–	17,37
Equipamentos de informática	24.104	(23.357)	747	–	20,00
Móveis e utensílios	57.285	(41.873)	15.412	–	10,00
Veículos	66.282	(64.964)	1.318	–	21,08
Outros	21.643	(9.013)	12.630	–	9,14
Impairment	(104.373)	68.937	(35.436)	–	
Total	366.832	(319.892)	46.940	–	

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	–	–	–	–
Aquisições	–	–	199	–
Baixas, líquidas de depreciação	–	–	(5.723)	–
Variação cambial	–	–	88.667	–
Depreciação	–	–	(767)	–
Impairment	–	–	(35.436)	–
Saldo final	–	–	46.940	–

11. Empréstimos e financiamentos:

			Ano de	Consolidado	
	Moeda	Encargos financeiros anuais	vencimento	2021	2020
Empréstimos					
Conta garantida	R$	128,00% CDI e de 1,00% à 13,20%	de 2025 à 2040	10.807	–
Seguro garantia/fiança bancária	R$	1,00% e 13,00%	de 2016 à 2040	524.046	–
Financiamentos					
Leasing financeiro	R$ e USD	100,00% CDI e 1,13% à 12,50%	de 2017 a 2040	1.084	–
Financiamento de ativo imobilizado	R$, USD, EUR, TT e MZN	2,50% à 10,71% + TJLP e 115,00% CDI e 13,00%	de 2017 a 2040	29.116	–
Subtotal				565.053	–
(–) Ajuste a valor a justo				(438.407)	–
Total				126.646	–
Passivo circulante				87.446	–
Passivo não circulante				39.200	–
Total				126.646	–

Garantias: As controladas da Companhia possuem diversos empréstimos nos quais ativos reais fornecem garantia aos respectivos credores. Derivativos: A Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 2021. **11.1. Valor justo:** Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo COESA apresentados nas demonstrações contábeis.

	Saldos em 31 de dezembro 2021			
	Controladora		Consolidado	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	20.213	20.213
Aplicações financeiras	–	–	–	–
Contas a receber de clientes	–	–	126.164	126.164
Passivos financeiros				
Fornecedores	298	298	1.018.548	1.018.548
Empréstimos bancários	–	–	126.646	126.646
Outras obrigações	–	–	1.721.823	1.721.823

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo. • Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações se aproximam do seu valor de mercado. • Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pelo Grupo com base em parâmetros tais como taxas de juros, fatores de riscos específicos de cada país, credibilidade individual do cliente e as características de risco do projeto financiado. Com base nessa avaliação, são constituídas provisões para fazer face às perdas esperadas nesses valores a receber. Em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil desses valores a receber, líquido das provisões, se aproxima de seu valor justo. • Os valores justos dos passivos financeiros com cotação no mercado secundário são baseados nos preços na data das demonstrações contábeis. Se o mercado de um passivo financeiro não estiver listado, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares ou a análise de fluxos de caixa descontados. Este cálculo é feito com base nas cotações da BM&F BOVESPA. • A contratação de instrumentos financeiros de derivativos junto às instituições financeiras são realizadas pelo grupo considerando classificações de crédito de grau de investimento, com o objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras. Instrumentos derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Para os contratos de *swap*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados pelo desconto dos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que o *swap* é denominado. O valor justo do contrato é a diferença entre as duas pontas. Para o cálculo das opções (*call spread*) foi utilizado o modelo de *Black-Scholes*. Os dados de volatilidades foram obtidos através da Bloomberg, e as taxas de juros foram obtidas da BM&F BOVESPA para apuração dos valores justos. Hierarquia de valor justo: O Grupo COESA usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2. **12. Fornecedores:** Parte do saldo a pagar a fornecedores está sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo sido novados pelo Plano, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Créditos sujeitos ao Plano (Nota 1.1)	–	–	623.265	–
Ajuste a valor justo	–	–	(480.469)	–
Subtotal	–	–	142.796	–
Demais débitos	298	–	875.752	–
Total	298	–	1.018.548	–
Circulante	298	–	875.752	–
Não circulante	–	–	142.796	–
Total	298	–	1.018.548	–

Ajuste a valor justo - Créditos financeiros: Com o pedido do Plano, os créditos financeiros sujeitos à Recuperação Judicial foram novados, implicando em novas condições de prazo, taxas de juros, dentre outras, substancialmente diferentes às anteriores, de forma que a Companhia registrou a extinção dos passivos financeiros originais e reconheceu os novos passivos a valor justo, conforme previsto no CPC 38 - Instrumentos Financeiros. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021 o referido ajuste a valor justo no montante de R$ 480.469 foi reconhecido em contrapartida à receita financeira na controladora e no consolidado.

13. Adiantamentos de terceiros:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivo				
Obras de engenharia	–	–	133.656	–
Serviços a prestar	–	–	60.698	–
Total	–	–	194.354	–
Circulante	–	–	179.518	–
Não circulante	–	–	14.836	–
Total	–	–	194.354	–

Refere-se, basicamente, a adiantamentos recebidos de clientes por conta de contratos de engenharia efetuados pela controladora e suas controladas que são apropriados ao resultado conforme o andamento da prestação dos serviços.

14. Receita diferida:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Clientes	–	–	57.024	–
Consórcios	–	–	282.070	–
Total	–	–	339.094	–
Circulante	–	–	267	–
Não circulante	–	–	338.827	–
Total	–	–	339.094	–

A receita diferida refere-se a faturamento antecipado de contratos de construção em curso, sendo liquidado mediante o progresso dos projetos, mensurado na proporção dos custos incorridos em relação aos custos orçados.

15. Imposto de renda e contribuição social:

Os valores de imposto de renda e contribuição social correntes que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(3.455.094)	–	(3.154.271)	–
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	1.174.732	–	1.072.452	–
Ajuste no prejuízo que afetam o resultado do exercício:				
Adições permanentes				
Equivalência patrimonial	–	–	(20)	–
Reversão do efeito do prejuízo das investidas no exterior	–	–	(259.007)	–
Exclusões permanentes				
Reversão do efeito do lucro presumido das investidas	–	–	(217)	–
Reversão do efeito do lucro das investidas no exterior	–	–	91.597	–
(–) Imposto de renda e contribuição social não reconhecidos	(1.174.732)	–	(1.122.131)	–
Outros	–	–	(83.533)	–
Imposto de renda e contribuição social no resultado	–	–	(300.859)	–
.				
Imposto de renda e Contribuição social Correntes	–	–	–	–
Imposto de renda e Contribuição social Diferidos	–	–	(300.859)	–
Imposto de renda e contribuição social no resultado	–	–	(300.859)	–

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos				
Provisão para perda de Investimento	–	–	481.544	–
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa	–	–	122.930	–
Prejuízo fiscal e base negativa	–	–	678.542	–
Outras provisões temporárias	–	–	192.652	–
Subtotal	–	–	1.475.668	–
Provisão para não realização de IR/CS diferidos	–	–	(1.222.034)	–
(–) Compensação com o passivo	–	–	(253.634)	–
Total	–	–	–	–
Passivos				
Lucro diferido de obras	–	–	51.943	–
Lucro diferido na alienação de investimento	–	–	28.303	–
Ajuste a valor justo	–	–	266.007	–
Outras provisões temporárias	–	–	199.846	–
Subtotal	–	–	546.099	–
(–) Compensação com o ativo	–	–	(253.634)	–
Total	–	–	292.465	–
Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativos	–	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivos	–	–	292.465	–
Total	–	–	292.465	–

Tendo em vista as incertezas relacionadas ao plano de recuperação judicial, conforme nota 1, a Companhia e suas controladas, conservadoramente, possuem em 31 de dezembro de 2021, mantém registro de provisão para não realização dos saldos de ativos fiscais diferidos no valor de R$ 1.222.034. **16. Títulos a receber e a pagar:** Conforme mencionado na nota 1.1, os saldos que a Companhia mantém com outras empresas, e que estão sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial, foram reclassificados, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Ativo não circulante	2021	2020	2021	2020
OAS Soluções Ambientais	–	–	1.217	–
KPE Performance em Engenharia	–	–	1.061	–
OAS Empreendimentos	–	–	36	–
OAS Investimentos S.A.	–	–	27	–
Metha S.A.	–	–	21.727	–
OAS Energia e Mineração	–	–	39.455	–
BR Terminais e Logística	–	–	1.067.042	–
Outros	–	–	17.596	–
Total	–	–	1.148.161	–

	Controladora		Consolidado	
Passivo não circulante	2021	2020	2021	2020
Metha S.A.	–	–	307.138	–
OAS Energia e Mineração	–	–	39.398	–
OAS Empreendimentos S.A.	–	–	611	–
KPE Performance em Engenharia	–	–	629	–
EMPI	–	–	327	–
BR Terminais e Logística	–	–	685.251	–
Less Click	–	–	23	–
Outros	–	–	28.461	–
Total	–	–	1.061.838	–

17. Patrimônio líquido: Capital social: Em 01 de junho de 2021, foi constituída a Companhia com capital social subscrito e integralizado no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais). Em 02 de junho de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") aprovou o aumento de capital social da Companhia em R$ 30.000,00 (trinta mil reais), passando para R$ 30.400,00 (trinta mil e quatrocentos reais), mediante emissão de 30.000 (trinta mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 30.400, e está representado por 30.400 (trinta mil e quatrocentas) de ações ordinárias de valor nominal R$ 1,00 sendo 30.400 do FIP ZEGAMA. Reserva de reavaliação e custo atribuído próprios e de controladas: Representam a parcela não realizada da reavaliação de terrenos, obras civis, máquinas e equipamentos e veículos. A parcela realizada da reserva de reavaliação baseada na depreciação e alienação dos ativos reavaliados é transferida para prejuízos acumulados, juntamente com os respectivos impostos diferidos registrados pela Companhia. Outras reservas: Compreende substancialmente as diferenças cambiais de conversão das operações de controladas no exterior e os efeitos das obrigações de benefícios pós-emprego. Dividendos: O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos anuais mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. **18. Provisões para contingências:** As controladas indiretas possuem autos de infração e processos de natureza tributária, cível e trabalhista. Esses autos de infração e processos estão sendo contestados nas esferas administrativa e judicial. A Administração da Companhia, baseada em interpretações dos seus

continua —☆

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 12/05/2022 | 22:39:02 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

—☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da COESA S.A. (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

assessores jurídicos responsáveis pela defesa das mencionadas autuações, entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às perdas esperadas, conforme demonstrado a seguir:

Risco de perda provável:	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Processos tributários	–	–	418.604	–
Processos cíveis	–	–	13.754	–
Processos trabalhistas	–	–	48.294	–
Total não circulante	–	–	480.652	–

Movimentação das provisões tributárias, cíveis e trabalhistas (Consolidado):

	Saldo em 2020	Provisões	Pagamentos	Variação participação	Saldo em 2021
Processos tributários	–	(50)	–	418.654	418.604
Processos cíveis	–	(99.878)	–	113.632	13.754
Processos trabalhistas	–	(126.794)	–	175.088	48.294
Total	–	(226.722)	–	707.374	480.652

Risco de perda possível:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Processos tributários	–	–	56.506	–
Processos cíveis	–	–	32.456.931	–
Processos trabalhistas	–	–	70.112	–
Total	–	–	32.583.549	–

As controladas indiretas da Companhia possuem processos administrativos e judiciais que se referem às causas tributárias, cíveis e trabalhistas no montante de R$ 32.583.549 em 31 de dezembro de 2021. Os assessores legais, com base em precedentes e decisões judiciais favoráveis, classificam as chances de perda como possíveis e, portanto, nenhuma provisão foi constituída por não se tratar de uma obrigação legal.

19. Receita líquida:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita bruta:				
Mercado interno	–	–	138.348	–
Mercado externo	–	–	–	–
Total	–	–	138.348	–
Devoluções e cancelamentos	–	–	–	–
Impostos incidentes sobre a receita	–	–	(7.636)	–
Receita líquida	–	–	130.712	–

20. Demonstração do resultado por natureza e função:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Gastos com pessoal	(2.594)	–	(60.387)	–
Serviços de terceiros	(1.284)	–	(50.136)	–
Gastos gerais	657	–	(123.776)	–
Aluguéis	(37)	–	(10.596)	–
Utilidades e serviços	–	–	(2.023)	–
Remuneração do pessoal-chave da administração	(350)	–	(350)	–
Participações de empregados	–	–	(200)	–
Materiais de consumo e aplicação	–	–	(29.342)	–
Custo de mercadoria vendida	–	–	(490)	–
Depreciação e amortização	–	–	(2.126)	–
Viagens e representações	(127)	–	(469)	–
Impostos e taxas	(55)	–	(196.479)	–
Baixa de contas a receber	–	–	–	–
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	–	–	140.066	–
Provisão para contingências	–	–	226.673	–
Perda para redução ao valor recuperável *"impairment"*	(3.827.288)	–	(3.787.807)	–
Outros	–	–	(258.798)	–
Total	(3.831.078)	–	(4.156.240)	–
Custos dos serviços prestados	–	–	(184.184)	–
Despesas gerais e administrativas	(3.791)	–	(220.738)	–
Outras receitas (despesas), líquidas	(3.827.287)	–	(3.751.318)	–
Total	(3.831.078)	–	(4.156.240)	–

21. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Baixa de contas a receber	–	–	–	–
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	–	–	140.066	–
Provisão para contingências	–	–	226.673	–
Resultado na venda de imobilizado e residual baixado	–	–	(5.457)	–
Perda em participação societária	–	–	–	–
Perda para redução ao valor recuperável "impairment"	(3.827.287)	–	(3.787.016)	–
Outros	–	–	(325.584)	–
Total	(3.827.287)	–	(3.751.318)	–

22. Resultado financeiro:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas financeiras				
Juros recebidos ou auferidos:				
Sobre aplicações financeiras	–	–	6	–
Sobre títulos a receber	–	–	1.040	–
Variação monetária/cambial ativa	–	–	227.153	–
Descontos obtidos	–	–	206	–
Ajuste a valor justo - Acordo global órgãos públicos	–	–	33.413	–
Ajuste a valor justo - Empréstimos e financiamentos	–	–	438.407	–
Ajuste a valor justo - Fornecedores	–	–	480.469	–
Subtotal	–	–	1.180.694	–
Despesas financeiras				
Juros pagos ou provisionados:				
Sobre fornecedores	(28)	–	(8.665)	–
Sobre obrigações fiscais e sociais	–	–	(11.349)	–
Sobre empréstimos e financiamentos	–	–	(5.404)	–
Variação monetária/cambial passiva	–	–	(230.644)	–
Comissões, despesas bancárias e fianças bancárias	–	–	(18.851)	–
Ajuste a valor justo - Fornecedores	–	–	(5.798)	–
Ajuste a valor justo - Acordo global órgãos públicos	–	–	(2.368)	–
Outros	–	–	(26.300)	–
Subtotal	(28)	–	(309.379)	–
Total	(28)	–	871.315	–

23. Gestão de Risco: As ações de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, de modo a definir limites e controles apropriados para o monitoramento desses riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A tesouraria corporativa da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios internos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado, crédito, liquidez e taxa de juros de fluxo de caixa. Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos. Risco de taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos contratados com taxas variáveis. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras e a maior parte de seus empréstimos atrelados a taxas de juros flutuantes (majoritariamente vinculadas à variação do CDI), conforme disposto na Nota 11.2. As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos também estão vinculadas às variações da TJLP, IGPM e US$. *Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros - Consolidado:* O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da resolução nº 1.198/09, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% ("Possível") e 50% ("Remoto") da variável do risco considerado.

Operação	Risco	Taxa	Valor moeda original	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Ativo:						
Aplicações financeiras	CDI	5,95%	14.535	15.399	15.615	15.831
Total				15.399	15.615	15.831
Efeito no patrimônio considerando os cenários					216	432

Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos não possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado. A Companhia tem como prática não ficar exposta aos riscos de mercado, monitorando-os constantemente, operando apenas instrumentos que lhe permitam o controle e a mitigação de tais riscos. *Análise de sensibilidade de moeda estrangeira - Consolidado:* Os cenários possível e remoto consideram, respectivamente, uma valorização do real em 25% e 50% frente a outras moedas, com as taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2021.

Ativos	Risco	Taxa	Valor moeda original	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Contas a receber:						
Construtora OAS S.A. - Sucursal Argentina	R$/ARS	0,054400	106	6	8	9
Construtora OAS S.A. - Sucursal Bolívia	R$/USD	5,579900	29.936	167.040	208.800	250.560
Construtora OAS S.A. - Sucursal Haiti	R$/USD	5,579900	4.214	23.514	29.393	35.271
Construtora OAS S.A. - Sucursal Peru	R$/PEN	1,401300	8.982	12.586	15.733	18.879
OAS African Ltd	R$/USD	5,579900	14.795	82.555	103.194	123.833
Construtora OAS GE	R$/UYU	0,125100	26.754	3.347	4.184	5.021
Construtora OAS Guinee	R$/UYU	0,125100	137.970	17.260	21.575	25.890
OGI Assets	R$/USD	5,579900	14.694	81.991	102.489	122.987
Total				388.447	485.561	582.672

Passivos	Risco	Taxa	Valor moeda original	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Fornecedores:						
Construtora OAS S.A. - Sucursal Argentina	R$/ARS	0,054400	1.027	56	70	84
Construtora OAS S.A. - Sucursal Bolívia	R$/USD	5,579900	6.809	37.994	47.493	56.991
Construtora OAS S.A. - Sucursal Chile	R$/CLP	0,006600	134.794	890	1.113	1.335
Construtora OAS S.A. - Sucursal Colômbia	R$/COP	0,001400	167.269	234	293	351
Construtora OAS S.A. - Sucursal Costa Rica	R$/CRC	0,008700	274.479	2.388	2.985	3.582
Construtora OAS S.A. - Sucursal Equador	R$/USD	5,579900	178	993	1.241	1.490
Construtora OAS S.A. - Sucursal Guatemala	R$/USD	5,579900	–	–	–	–
Construtora OAS S.A. - Sucursal Haiti	R$/USD	5,579900	238	1.328	1.660	1.992
Construtora OAS S.A. - Sucursal Honduras	R$/LPS	0,230100	593	136	170	204
Construtora OAS S.A. - Sucursal Panamá	R$/USD	5,579900	8	45	56	68
Construtora OAS S.A. - Sucursal Peru	R$/PEN	1,401300	102.999	144.332	180.415	216.498
Construtora OAS S.A. - Sucursal Rep. Dominicana	R$/DOP	0,098100	772	76	95	114
Construtora OAS S.A. - Sucursal Trinidad &Tobago	R$/T&T	0,825700	310.526	256.401	320.501	384.602
Construtora OAS S.A. - Sucursal Uruguai	R$/UYU	0,125100	1.864.785	233.285	291.606	349.928
Construtora OAS S.A. - Sucursal Venezuela	R$/VEN	0,000001	11.012.419	14	18	21
Construtora OAS S.A. - OAS LLC	R$/CAT	1,532100	7	11	14	17
Construtora OAS S.A. - OAS South Africa	R$/RAN	0,349800	19	7	9	11
Construtora OAS S.A. - Energy GMBH	R$/EUR	6,321000	909	5.746	7.183	8.619
Construtora OAS S.A. - Engineering GMBH	R$/USD	5,579900	71	396	495	594
OAS African Ltd	R$/USD	5,579900	43	240	300	360
Construtora OAS GE	R$/UYU	0,125100	500.300	62.588	78.235	93.882
Construtora OAS Ghana	R$/UYU	0,125100	54.856	6.862	8.578	10.293
Construtora OAS Guinee	R$/UYU	0,125100	431.199	53.943	67.429	80.915
OAS Nacala Ltd	R$/UYU	0,125100	514.865	64.410	80.513	96.615
OGI Assets	R$/USD	5,579900	46.999	262.250	327.813	393.375
Central American Investing	R$/USD	5,579900	5.783	32.269	40.336	48.404
Total				1.166.894	1.458.621	1.750.345
Empréstimos em moeda estrangeira				18.636	23.295	27.954
Efeito no patrimônio considerando os cenários					(199.272)	(398.544)

Risco de crédito: *Contas a receber:* O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras:* Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a risco de crédito consistem, primariamente, em caixa, bancos e aplicações financeiras. Essas operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, minimizando assim os riscos. Risco de liquidez: Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são fornecedores, empréstimos e financiamentos. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados nas Notas explicativas 11.2. As contas a pagar de fornecedores possuem vencimentos inferiores há um ano. **24. Seguros:** Riscos de engenharia e outros: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía diversas coberturas de seguro cobrindo diversos riscos, dentre eles riscos de *property* (incêndio), riscos de engenharia, responsabilidade civil e danos materiais a veículos e equipamentos próprios. O seguro contra riscos de engenharia visa cobrir danos materiais à própria obra e o seguro de responsabilidade civil visa cobrir danos que o processo de execução das obras ocasione involuntariamente a terceiros. **25. Acordo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica):** Até 31 de dezembro de 2021, a Construtora COESA celebrou, no total, cinco Termos de Compromisso de Cessação de Prática, obrigando-se a pagar um montante total de R$ 226.343 a serem pagos em até 20 anos, na forma estabelecida em cada instrumento e cujos valores deverão ser atualizados pela taxa Selic. **26. COVID-19:** A Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da COVID-19 nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro onde atua. Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, até a presente data, não houve quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia. Em atendimento ao ofício-Circular/CVM/SNC/nº 02/2020, quanto aos impactos advindos da pandemia COVID-19, a Administração da Companhia, tomou as seguintes atitudes: orientações aos colaboradores sobre ações de prevenção e exposição aos riscos, adoção de regime de trabalho remoto em atividades administrativas, suspensão de viagens corporativas e de reuniões presenciais, intensificação dos protocolos de limpeza dos escritórios e canteiros de obras, utilização de EPI's, além de atender rigorosamente a todas as medidas de acordo com as autoridades de saúde. A obras estão operando normalmente. Sendo assim, A Administração da Companhia continua monitorando a situação e entende que não há necessidade de reconhecimento de quaisquer perdas em suas demonstrações contábeis. **27. Eventos subsequentes:** Não foram identificados eventos subsequentes até a data de emissão das demonstrações contábeis.

A Administração

Contador: William Cardillo de Almeida - CRC 305965/O-9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais E Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **COESA S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **COESA S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **COESA S.A.** Em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** ***Redução ao valor recuperável sobre contas a receber:*** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado na rubrica "Contas a receber" o montante de R$ 126.164 (circulante e não circulante), consolidado. O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos estabelece que o ativo deve estar registrado por valor que não exceda seu valor recuperável. Entretanto, a Companhia não nos apresentou evidências suficientes sobre a recuperabilidade dos referidos ativos. Sendo assim, não pudemos nos assegurar sobre a realização dos respectivos saldos, individual e consolidado, da rubrica "Contas a receber", registrados no balanço da Companhia, bem como dos seus eventuais impactos no resultado do exercício. ***Estoques:*** A Companhia possui registrado na rubrica "Estoques", no ativo circulante descrito na Nota Explicativa nº 6, o montante de R$ 17.154, consolidado, o qual não pôde ser validado, pela ausência de controles individualizados que demonstrassem a movimentação dos itens entre a datas do inventário físico e do fechamento contábil. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, concluirmos sobre a adequação das quantidades e, consequentemente, do saldo e custos dos estoques, bem como determinar os possíveis efeitos no resultado e no patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. ***Processos de investigações em andamento:*** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 25 às demonstrações contábeis individuais, até 31 de dezembro de 2021, a Construtora COESA celebrou, no total, cinco Termos de Compromisso de Cessação de Prática, obrigando-se a pagar um montante total de R$ 226.343 a serem pagos em até 20 anos, na forma estabelecida em cada instrumento e cujos valores deverão ser atualizados pela taxa Selic. Com relação a controlada Construtora COESA S.A. - Em recuperação judicial, a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram em 14 de novembro de 2019, acordo de leniência com o Grupo Metha, investigado no âmbito da Operação Lava Jato. Em função deste acordo, a Metha (antiga controladora da Construtora Coesa S.A.) assume o compromisso de pagar integralmente o valor de R$ 1.929.257.982,37 (um bilhão, novecentos vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, novecentos oitenta e dois reais e trinta e sete centavos), em parcelas anuais, atualizadas pela SELIC, com vencimento para 2047. Em 31 de março de 2021, a Metha S.A. (atual denominação da OAS S.A.) ("Metha") com o objetivo de readequar sua estrutura societária e organizacional e implementar uma reorganização societária em seu grupo empresarial. Em 20 de abril de 2021, a Metha realizou aumento de capital na sua então controlada direta COESA P&E, apurado com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada. Em 14 de maio de 2021, a Metha alienou sua participação na COESA P&E ao FIP ZEGAMA. A Companhia registrou provisão para fazer frente a esses assuntos, apenas para os acordos já firmados. Considerando o teor das investigações e alegações iniciadas contra a Companhia, sua controladora e demais controladas, bem como o fato de ainda existirem investigações em andamento, outros fatos poderão surgir e poderão afetar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2021. ***Limitação sobre os saldos individuais e consolidados de fornecedores:*** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentou a composição financeira conciliada da rubrica "Fornecedores", bem como não apresentou a memória de cálculo de atualização do saldo de fornecedores que constam no plano de recuperação judicial das controladas. Desta forma, não pudemos nos assegurar sobre a razoabilidade dos saldos registrados na rubrica "Fornecedores", no passivo circulante, nos montantes de R$ 298 e R$ 875.752, individual e consolidado, respectivamente, e no passivo não circulante, no montante de R$ 142.796, consolidado, bem como seus eventuais efeitos nos demais elementos componentes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo nessa data. ***Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional:*** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui capital circulante negativo na Controladora e no consolidado de R$ 1.012 e R$ 2.167.812, respectivamente e passivo a descoberto de R$ 3.321.013 e R$ 3.443.095, respectivamente. A Administração avalia que a sua atual condição financeira desfavorável tem caráter provisório e deve-se, principalmente: à forte retração do setor e da economia em geral; ao ambiente negocial restritivo que fez a companhia revisar para baixo suas expectativas de recebimento de créditos; e sobretudo, à retração do crédito, em função das notícias relacionadas às investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal. Adicionalmente, algumas de suas investidas apresentam capital circulante líquido negativo, passivo a descoberto e prejuízo do exercício, assim como necessidade de aporte de capital. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. **Ênfases:** ***Realização do saldo de títulos a receber e a pagar:*** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16 às demonstrações contábeis consolidadas, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta nas rubricas "Títulos a receber" e "Títulos a pagar", no ativo e passivo, respectivamente, os montantes de R$ 1.148.161 e R$ 1.061.838, cuja realização depende principalmente de reestruturações societárias, e da transferência de outros ativos do Grupo COESA, que ocorrerá após determinadas condições previstas pela administração serem cumpridas. A realização do montante acima dependerá do sucesso do cumprimento dessas condições. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. ***Contingências:*** Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 18 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia possui registrado na rubrica 18 ''Provisões para contingências", o montante de R$ 480.652, consolidado, em 31 de dezembro de 2021. No entanto, até a presente data, não recebemos a totalidade das circularizações (cartas de confirmações externas) enviadas às instituições financeiras, motivo pelo qual não tivemos como obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, individuais e consolidados, sobre o montante. **Outros assuntos:** ***Auditoria do período anterior:*** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram examinadas por auditores, portanto, não temos base histórica sobre os saldos do referido exercício. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (*IASB*) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos suspeição profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. • Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 28 de abril de 2022

SENSO AUDITORES INDEPENDENTES - CRC n° 2SP 005977/O-9 - CVM nº 7307

Guilherme Rocha Castro Soares - CRC n° 1SP 290.834/O-4

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 12/05/2022 | 22:39:08 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368